

Bairro não quer revisão do PDU

A Associação de Moradores de Jardim da Penha (AMJP), o maior bairro de Vitória, propôs, ontem, o cancelamento da revisão do Plano Diretor Urbano (PDU), organizada pela Prefeitura, para ser realizada ainda este ano. O presidente da entidade, Sérgio Braga, vê precipitação na definição da questão hoje, antes da escolha dos futuros prefeito e vereadores do município e da criação da região metropolitana. A PMV posicionou-se contra a sugestão.

“O PDU tem que ser mudado, mas com uma visão maior. Temos que discutir a Grande Vitória e ver o papel da capital diante dos outros quatro municípios. Não há necessidade da cidade ser verticalizada tendo a perspectiva da região metropolitana. Aliás, o Governo do Estado discute a transferência do aeroporto para outro município e isto não está sendo levado em conta nesse processo de atualização do Plano”, avalia Sérgio Braga.

“Martelo”

O Presidente da AMJP entende que se Vitória insistir em discutir o Plano agora para que sua revisão

ocorra neste ano, Jardim da Penha “também tem o mesmo direito de impor sua posição de ser contra a liberação de gabarito dos prédios (hoje fixado em três andares mais pilotis)”. “Não podemos bater o martelo agora porque senão vamos exigir os interesses de bairro a bairro no plano e, daqui a pouco, vamos fazer o PDU de rua a rua apenas. E isto é um erro”, considera.

Outro argumento apresentado por ele é o de que “se a revisão do Plano ocorrer agora, o Governo Municipal está tomando a si a capacidade de se fechar o PDU, que não pertence a esse ou àquele Governo, mas à sociedade”, pensa o líder comunitário.

Mobilização

A Associação de Moradores da Praia do Canto, o terceiro bairro mais populoso da cidade, também promete se mobilizar frente à visão da PMV e da grande maioria dos membros do Conselho Municipal do PDU de que o Plano não se limita a uma discussão do bairro, mas da cidade, em seu conjunto. O vice-presidente da entidade, Paulo França, afirmou que os moradores do bairro estão preocupados com a possibilidade dos problemas da ci-

dade serem transferidos do centro de Vitória para a Praia por causa da saturação daquela zona.

“A Praia do Canto não abre mão de sua segurança, tranquilidade e de preservar suas características de bairro residencial. Não podemos ser a solução dos setores de comércio, diversão e serviços transferidos para o lado Norte da cidade”, afirmou. Ele afirma que o bairro não rejeita a instalação dessas atividades em seu interior, mas que tenha seu uso limitado.

“Nós vamos mobilizar os moradores da Praia para discutir a questão. De antemão, queremos saber da PMV qual é o interesse da cidade que ela deseja preservar”, prometeu, confirmando a presença do bairro no 2º Ciclo de Debates do PDU com data prevista para a próxima semana.

Sobre a intenção da Prefeitura de ampliar o número de comércio e os tipos de atividades permitidas em quatro vias do bairro — José Teixeira, Rio Branco, Aleixo Neto e Fortunato Ramos —, a associação não abre mão de sua posição. Paulo França reiterou que a Praia vai lutar pela rejeição deste item, quando a questão for analisada pelos integrantes do Conselho do PDU.

Prefeitura recusa a proposta

A secretária de Planejamento de Vitória, Sandra Berredo, manifestou-se contrária à proposta de adiar a revisão do PDU para o próximo ano, feita pela Associação de Moradores de Jardim da Penha. Ela rebateu a idéia dizendo que as discussões em torno da questão estão ocorrendo dentro de uma perspectiva macro e não micro, como pensa o presidente da Amjap, Sérgio Braga. Segundo ela, Vitória “não está sendo isolada dos três municípios em que a cidade está fisicamente ligada”.

Quanto à questão eleitoral, também levantada pela associação, a secretária disse que a discussão em torno da revisão do PDU — em vigor desde 1984 — não começou agora, às vésperas do período eleitoral. “Os primeiros levantamentos foram iniciados há um ano e meio e as pessoas puderam amadurecer suas posições”, disse. Para

Sandra, “independe” se essa matéria será votada antes das eleições.

“O importante é que os conselheiros, a população em geral, a sociedade civil vêm discutindo a atualização do PDU há um ano e meio. E inclusive a região metropolitana é uma bandeira de luta de nossa administração”, concluiu a técnica.

Segundo Debate

A PMV pretende no 2º Ciclo de Debates em torno da revisão do Plano discutir as propostas apresentadas por sua equipe — ainda não concluída — e pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Espírito Santo (Sindicon). A Secretaria de Planejamento também espera identificar todas as áreas de atrito existentes entre diversos segmentos da opinião pública e os projetos apresentados. No

1º Ciclo de Debates, ocorrido em março deste ano, a revisão do Plano foi discutida de forma superficial, mais em termos teóricos.

O PDU é uma lei aprovada pela Câmara Municipal, obrigatória para cidades com mais de 20 mil habitantes, segundo a Constituição Federal. Ele reúne regras que disciplinam a política de desenvolvimento e de expansão das cidades. O PDU contém diretrizes de uso do solo, zoneamento, índices urbanísticos, áreas de interesse específico e social, além de diretrizes econômico-financeiras e administrativas.

Após o seminário os 16 membros do Conselho Municipal do PDU serão responsáveis pela definição do projeto de lei, propondo a revisão do Plano, que será enviado à Câmara Municipal. O Conselho é formado por 15 entidades, além da PMV e da Ufes.